

ENERGISA SERVIÇOS AEROS
DE AEROINSPEÇÃO S/A

RESULTADOS
2025



ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	83.020	221.297
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	9.657.916	-
Clientes		1.374	1.374
Estoques		20.670	20.670
Tributos a recuperar	5	98	298.150
Despesas pagas antecipadamente		-	478.906
Outros créditos		4.714	1.523
Total do Circulante		9.767.792	1.021.920
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	5	353.431	408.522
Total do não circulante		353.431	408.522
Total do ativo		10.121.223	1.430.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	1.602	75.799
Impostos e contribuições sociais	9	9.679	48.717
Outras contas a pagar	10	45.124	405.252
Total do Circulante		56.405	529.768
Não circulante			
Créditos Tributários	6	-	113.998
Total do Não Circulante		-	113.998
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro			
aumento de capital			
Capital social	11.1	15.411.433	13.242.433
Prejuízos acumulados		(6.546.615)	(14.624.757)
Total patrimônio líquido		8.864.818	(1.382.324)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	1.200.000	2.169.000
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro		10.064.818	786.676
Total do passivo e patrimônio líquido		10.121.223	1.430.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Custo do serviço prestado	12	-	(11.746)
Lucro bruto		-	(11.746)
Despesas gerais e administrativas	12	(2.823.917)	(2.597.935)
Outras receitas/despesas	13	12.721.382	(1.000)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas		9.897.465	(2.610.681)
Receitas financeiras	14	554.297	641
Despesas financeiras	14	(34.289)	(44.228)
Receitas (Despesas) Financeiras líquidas		520.008	(43.587)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		10.417.473	(2.654.268)
Imposto de renda e contribuição social	6	(2.339.331)	(113.998)
Lucro (Prejuízo) do exercício	15	8.078.142	(2.768.266)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial	15	0,55	(0,23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício	15	8.078.142	(2.768.266)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado			
Outros resultados abrangentes	11.2	-	221.290
Total do resultado abrangente do exercício		8.078.142	(2.546.976)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		9.576.433	(12.122.183)	3.666.000	(221.290)	898.960
Aumento de capital conforme AGE de 25 de abril de 2024		3.666.000	-	(3.666.000)	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	-	-	2.169.000	-	2.169.000
Prejuízo do exercício	15	-	(2.768.266)	-	-	(2.768.266)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos						-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	11.2	-	-	-	600.979	600.979
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	11.2	-	-	-	(113.997)	(113.997)
Reversão outros resultados abrangentes		-	265.692	-	(265.692)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		13.242.433	(14.624.757)	2.169.000	-	786.676
Aumento de capital conforme AGE de 25 de abril de 2025	11.1	2.169.000	-	(2.169.000)	-	-
Lucro do exercício	15	-	8.078.142	-	-	8.078.142
Recursos destinados a futuro aumento de capital	7	-	-	1.200.000	-	1.200.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025		15.411.433	(6.546.615)	1.200.000	-	10.064.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Outras receitas		13.425.135	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	12	(1.103.380)	(1.248.882)
Outros custos operacionais		(1.755.666)	(375.934)
		(2.859.046)	(1.624.816)
Valor adicionado bruto		10.566.089	(1.624.816)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	581.329	672
Valor adicionado total a distribuir		11.147.418	(1.624.144)
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		460.639	552.164
Benefícios		39.347	27.575
FGTS		46.012	302.151
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.455.131	216.961
Estaduais		1.018	1.043
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	34.289	44.228
Aluguéis		32.840	-
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	15	8.078.142	(2.768.266)
		11.147.418	(1.624.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AEREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	15	8.078.142	(2.768.266)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	6	2.339.331	113.998
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar	5	326.111	6.088
Despesas pagas antecipadamente		478.906	(119.685)
Outros créditos a receber		(3.191)	736.990
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	8	(74.197)	66.652
Tributos e contribuições sociais	6 e 9	(2.492.367)	(17.681)
Outras contas a pagar	10	(360.128)	(130.074)
Caixa Líquido (consumido) nas atividades operacionais		7.739.380	(2.026.128)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(9.077.657)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(9.077.657)	-
Atividades de financiamento			
Adiantamento destinado a futuro aumento de capital	7	1.200.000	2.169.000
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento		1.200.000	2.169.000
Variação líquida do caixa		(138.277)	142.872
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.1	221.297	78.425
Caixa e equivalentes de caixa finais	4.1	83.020	221.297
Variação líquida do caixa		(138.277)	142.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS DE AEROINSPEÇÃO S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tem por objetivo principal a exploração de Serviços Aéreos na qualidade de prospecção – modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento, podendo também prestar serviços na área de manutenção e operação em usinas de geração de energia elétrica e subestações, linhas de transmissão, redes e linhas de distribuição e afins. A Companhia possui sede na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem:

- I - Nota explicativa nº 6 - Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social;
- II - Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
- III - Nota explicativa nº 17 - Benefícios-pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado de recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *“hedge”* em um *“hedge”* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Energisa que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original.

e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

c. Contas a receber - inclui as faturas de serviços prestados para as empresas distribuidoras de energia elétrica referente a prospecção - modalidade SAE em linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica e afins;

d. Estoques - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

e. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

f. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;

g. Benefícios pós-emprego - a Companhia oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário e assistência médico-hospitalar. O plano de benefício para suplementação de aposentadoria e pensões é classificado na modalidade contribuição definida (CD). Nessa modalidade, a Patrocinadora paga as contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de

assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Companhia concede a seus colaboradores, um prêmio por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

h. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

i. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes:

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no mercado aberto

4.1. Caixa e equivalente de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	83.020	221.297
Total caixa e equivalentes de caixa	83.020	221.297

4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

	2025
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.054
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	5.124
Compromissadas	726.350
Fundo Multimercado	1.068.686
Fundo de Renda Fixa	5.118.256
Letra Financeira (LFT)	1.184.841
Letra Financeira (LF)	1.134.008
Nota de Crédito (NC)	13.761
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	182.881
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	217.955
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	9.657.916

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são remuneradas a 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro e (85,1% em 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 99,0% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (*)	275.056	1.797
Contribuições ao PIS e a COFINS	78.375	704.875
Outros	98	-
Total	353.529	706.672
Circulante	98	298.150
Não circulante	353.431	408.522

(*) Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

6. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui créditos de IRPJ sobre prejuízo fiscal e de CSLL sobre base negativa não reconhecidos nas demonstrações financeiras nos montantes de R\$4.401.439 (R\$5.181.880 em 2024) e R\$1.363.411 (R\$1.644.683 em 2024), respectivamente.

Crédito tributário reconhecido no balanço	2024
Passivo	
Diferenças temporárias	
Imposto de renda	(83.822)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(30.176)
Total - passivo não circulante	(113.998)

As diferenças temporárias são demonstradas a seguir:

	2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Passivo		
Passivo Atuarial	(335.288)	(113.998)
Total passivo não circulante	(335.288)	(113.998)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	10.417.473	(2.654.268)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(3.541.941)	902.451
Ajustes:		
Créditos tributários não constituídos no exercício	-	(902.451)
Incentivo fiscal – Outros	3.944	-
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	1.175.710	(113.998)
Outros ajustes	22.956	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.339.331)	(113.998)
Alíquota efetiva	22,46%	4,29%

7. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100,00% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

Gás Nordeste S/A (EDGNE), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados ⁽¹⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽²⁾
Energisa S/A	(41.764)	(7.188)	(1.200.000)
2025	(41.764)	(7.188)	(1.200.000)
2024	(44.298)	(8.954)	(2.169.000)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

⁽²⁾ Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados.

8. Fornecedores

	2025	2024
Materiais, serviços e outros ⁽¹⁾	1.602	75.799
Total - circulante	1.602	75.799

⁽¹⁾ Referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução e manutenção dos serviços, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

9. Impostos e Contribuições. Sociais

	2025	2024
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.913	3.931
Encargos Sociais	-	15.484
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	-	1.122
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56	20.753
Contribuições ao PIS e a COFINS	5.365	5.330
Outros	345	2.097
Total Circulante	9.679	48.717

10. Outras Contas a Pagar

	2025	2024
Participações Funcionários	45.099	34.518
Obrigações Estimadas	-	16.713
Entidades Seguradoras	-	335.946
Outras contas a pagar	25	18.075
Total Circulante	45.124	405.252

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado por acionistas residentes no país, é de R\$15.411.433 (R\$13.242.433 em 2024), dividido em 15.411.433 (13.242.433 em 2024) ações, sendo 14.720.027(12.551.027 em 2024) ordinárias e 691.406(691.406 em 2024) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 1% (um por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser, entre elas, rateado igualmente e de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.169.000, passando o capital social de R\$13.242.433 para R\$15.411.433, com emissão de 2.169.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

Todas as novas ações ordinárias, foram integralmente subscritas pela acionista Energisa S/A e integralizadas mediante a capitalização com saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da Energisa S/A registrados até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

11.2. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Não ocorreu movimentação em 2025. Segue movimentação em 2024:

	2024
Saldo inicial em 2023	(221.290)
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	335.287
Tributos sobre ganho e perda atuarial – pós emprego	(113.997)
Saldo final em 2024	-

12. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

	Despesas gerais e administrativa	2025	2024
Pessoal e administradores	634.767	634.767	949.019
Benefícios pós emprego	-	-	35.804
Material	18.571	18.571	799.695
Serviços de terceiros	1.084.809	1.084.809	449.187
Outras	1.085.770	1.085.770	375.976
	2.823.917	2.823.917	2.609.681

13. Outros resultados

	2025	2024
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos ⁽¹⁾	13.425.135	-
	13.425.135	-
Outras despesas		
Outras	(703.753)	(1.000)
	(703.753)	(1.000)
Total	12.751.382	(1.000)

⁽¹⁾ Em agosto de 2025, a Companhia concluiu a operação de venda de uma aeronave do tipo helicóptero Bell 407, matrícula PR-YEN, modelo 407GX, ano de fabricação 2011. A transação gerou o reconhecimento de uma receita específica no período, cujo valor apresentou impacto relevante sobre o resultado do exercício.

14. Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	580.259	-
Juros recebidos/SELIC	809	435
Tributos s/receita Financeira	(27.032)	(31)
Outras receitas financeiras	261	237
Total das receitas financeiras	554.297	641
Despesas financeiras:		
Despesas Bancárias	(21.347)	(4.053)
Juros sobre obrigação atuarial	-	(40.139)
Juros/Multa	(3.381)	(36)
Outros	(9.561)	-
Total das despesas financeiras	(34.289)	(44.228)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	520.008	(43.587)

15. Lucro (Prejuízo) por ação

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas:	8.078.142	(2.768.266)
Média ponderada das ações	14.688.433	12.020.433
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	0,55	(0,23)

16. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000.000	-	101
Transporte Nacional	-	-	-	238
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/01/2028	-	213	1.700
Aeronáutico - Responsabilidade Civil Geral (RETA) PR-YEN	-	-	-	1.680
Aeronáutico-Casco/LUC PR-YEN	-	-	-	489.333
			213	493.052

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 7). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		83.020	83.020	221.297	221.297
Clientes		1.374	1.374	1.374	1.374
		84.394	84.394	222.671	222.671
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	9.657.916	9.657.916	-	-
		9.657.916	9.657.916	-	-

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		1.602	1.602	75.799	75.799
Partes Relacionadas		1.200.000	1.200.000	2.169.000	2.169.000
		1.201.602	1.201.602	2.244.799	2.244.799

Em 2025 e 2024, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

18. Benefícios pós-emprego

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocina, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2025 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> · Aposentadoria; · Benefício por invalidez; · Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Em 2024, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$11.229, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

18.2. Prêmio aposentadoria

A Companhia possui prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento da aposentadoria do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. O participante do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. Em 2025 e 2024, a Companhia não reconheceu nenhum valor no resultado.

18.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas com o plano de saúde foram de R\$27.528 (R\$38.304 em 2024). Inclui R\$24.575 em 2024 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2024
Valor presente da obrigação no início do ano	536.265
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	32.766
Juros sobre obrigação atuarial	53.519
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(622.550)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	-

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

18.4. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	BRADESCO
	2024
VARIÁVEIS ECONÔMICAS	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%
Taxa de Rotatividade	-
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado

19. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2025	2024
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	2.169.000	3.666.000

José Marcos Chaves de Melo
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/0-0